

**A ascensão do G7 e os novos parâmetros da
cooperação monetária e financeira internacional pós
Bretton Woods**

*The rise of the G7 and the new parameters of post-
Bretton Woods international monetary and financial
cooperation*

DEBORA GARCIA GASPAR¹

Resumo: Em 1973, chega ao fim o regime de câmbio fixo, que caracterizou o período pós-guerra, dentro do Sistema de Bretton Woods. Na ausência de mecanismos multilaterais de governança do sistema monetário e financeiro internacional, ocorre a ascensão do G7 como o principal fórum de discussão. A ideia inicial era promover um espaço informal de concertação entre as principais economias do mundo. O fórum, no entanto, acabou por se consolidar e legitimar como o promotor da nova ordem econômica internacional. O artigo visa, por meio da análise das atas das reuniões dos cinco primeiros encontros do G7 (1975-1979), compreender as aproximações e as divergências de posições sobre quais seriam os novos fundamentos do bom funcionamento do sistema monetário financeiro internacional, a partir da noção de conceito de controle abrangente (Pijl, 1998).

Palavras-chave: G7, neoliberalismo, cooperação monetária.

Abstract: In 1973, the fixed exchange rate regime, which had characterized the post-war period, under the Bretton Woods System, came to an end. In the absence of multilateral governance mechanisms in the international monetary and financial system, the G7 rises as the main forum of discussion. The initial idea was to promote an informal concertation arena among the world's major economies. The forum, however, eventually consolidated and legitimized itself as the promoter of the new international economic order. This article aims, through the analysis of the minutes of the five first G7 meetings (1975-1979), to understand the convergences and divergences of positions on what would be a new basis of the proper functioning of the international monetary system, departing from the theoretical notion of comprehensive concept of control (Pijl, 1998).

Keywords: G7, neoliberalism, monetary cooperation.

Recebido em:
30 de Janeiro de 2018

Received on:
January 30, 2018

Aceito em:
15 de Maio de 2018

Accepted on:
May 15, 2018

DOI:10.12957/rmi.2017.32559

¹Doutorado em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta do Departamento de História e Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **Endereço para correspondência:** BR-465, Km 7 Seropédica-Rio de Janeiro CEP: 23.897-000, Brasil. **E-mail:** debora.gaspar@gmail.com

Introdução

Em 1973, chega ao fim o regime de câmbio fixo, que caracterizou o período pós Segunda Guerra Mundial, dentro das normas do Sistema de Bretton Woods. Na ausência de mecanismos multilaterais de governança do sistema monetário e financeiro internacional, ocorre a ascensão do Grupo dos 7 (G7), como o principal fórum de discussão desta matéria. Em 1975, tem lugar a primeira reunião entre seis (Alemanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido – G6) dos sete países que viriam a formar o grupo (o Canadá participa a partir da segunda reunião).

A ideia inicial era a promoção de um espaço informal de concertação entre as principais economias do mundo. O fórum, no entanto, acabou por se consolidar e legitimar como o promotor da nova ordem econômica internacional, que ganharia contornos mais nítidos ao longo da década de 1980, responsável por disseminar “um determinado padrão de ideias e de desenvolvimento a partir dos anos 1970” (Ramos, 2013, p.16). O trabalho visa, por meio da análise das atas das reuniões dos cinco primeiros encontros do G7 (Rambouillet, Porto Rico, Londres, Bonn e Tóquio),²

compreender as aproximações e as divergências de posições entre os membros do grupo sobre quais seriam os novos fundamentos do bom funcionamento do sistema monetário financeiro internacional, a partir da noção de conceito de controle abrangente (Pijl, 1998). Um novo entendimento sobre o papel do sistema monetário internacional (SMI) é forjado neste período: sua finalidade deixa de ser assegurar a autonomia de política econômica dos países centrais, via cooperação, passando a ser instrumento disciplinador. A ideia era que a estabilidade do novo regime cambial seria sustentada por meio da manutenção de “boas condições econômicas subjacentes”, associadas à estabilidade de preços doméstica, sob o argumento das vantagens decorrentes da liberdade de escolha dos arranjos cambiais.

Pijl (1998) trabalha com a noção de conceito de controle abrangente, para analisar como economia e política se fundem nos processos transnacionais e históricos de formação de classes, mais especificamente, no nível atlântico. Os conceitos de controle abrangentes são projetos de alianças políticas rivais, cada qual associada a distintas formas

² Os cinco primeiros encontros do G7 inserem-se no que Ramos (2013) chama de “primeiro ciclo”, que seria marcado pelo processo de institucionalização das cúpulas, que

começaram como encontros *ad hoc*, evoluindo para encontros periódicos.

de lidar com as contradições nas relações de trabalho e nos processos distributivos, bem como com temas políticos e sociais mais amplos. O conceito visa lidar com a forma por meio da qual as frações do capital buscam, continuamente, aproximar um interesse geral, que é definido distintamente de suas necessidades específicas, mas que as satisfazem. O autor distingue quatro conceitos de controle, observados ao longo de um período de três séculos: internacionalismo liberal, tendência ao monopólio estatal, liberalismo corporativista e neoliberalismo. Os conceitos de controle associam-se aos diferentes regimes de acumulação do capital. A ascensão do G7 ocorre concomitantemente à crise do modelo keynesiano/fordista de acumulação e se associa à gestação de uma nova normatividade no que se refere à relação entre política e economia.

O processo aqui analisado de mudança do papel do SMI – em especial, no que concerne à liberalização financeira, nos anos 1970, e à formação do consenso em torno dos fundamentos das economias nacionais, que se consolida no âmbito do G6/7 – podem ser interpretados à luz da mudança de conceito de controle do liberalismo corporativista para o neoliberalismo. Esse último “*stresses the market as the*

sole arbiter of social life, replacing the state-monitored social compromises of the previous one” (Pijl, p.4). Dessa forma, os conceitos de controle, mobilizados por Pijl, são utilizados, aqui, não de forma a demonstrar os compromissos de classe envolvidos na passagem do liberalismo corporativista para o neoliberalismo – o que levaria a outros elementos de pesquisa empírica – mas para analisar como questões sintomáticas desta passagem se apresentam no âmbito do G7.

Além desta introdução, o trabalho contém três seções. A primeira tem como foco o processo que levou à primeira reunião do grupo, em 1975, na França, e a análise das discussões que balizaram o encontro. Na segunda seção, serão apresentados os principais pontos discutidos na segunda reunião, realizada em Porto Rico, em 1976. A terceira seção dedica-se às reuniões de Londres (1977), Bonn (1978) e Tóquio (1979). A maior ênfase nas duas primeiras reuniões justifica-se pelo fato de que as mesmas marcam a mudança nos parâmetros da cooperação de forma mais clara, apesar de a reunião de Bonn apresentar elementos que indicavam uma possibilidade de retorno aos padrões de cooperação de Bretton Woods, ou seja, evoca traços do conceito de controle corporativista.

Algumas considerações finais encerram o trabalho.

1. Da biblioteca ao castelo: a aproximação de posições entre França e Estados Unidos

A primeira reunião do G6/7 foi realizada no castelo de Rambouillet, na França, a partir da articulação realizada pelo presidente francês Valéry Giscard d'Estaing, que convidou os líderes dos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Itália e Japão (G6) para uma reunião privada, visando tratar de temas econômicos internacionais, em especial, da questão monetária. Esta iniciativa tem como precedente o grupo da biblioteca: reunião entre os ministros das Finanças dos países do G6, exceto Itália, que ocorrera em 1973, na biblioteca da Casa Branca. A importância do grupo da biblioteca na articulação que levará à formação do G7 é o fato de se tratar de uma reunião de um grupo seletivo, de forma que os líderes dos principais países do mundo pudessem conversar de maneira informal e aberta (Ramos, 2013, p.151).

Uma série de negociações secretas entre franceses e americanos foram realizadas entre setembro e novembro de 1975. O foco eram os diferentes diagnósticos acerca da estabilidade cambial. Os principais negociadores eram Jacques de Larosière e Edwim Yeo, representantes

dos ministros das finanças, respectivamente, da França e dos Estados Unidos. O principal ponto da argumentação de Yeo referia-se ao entendimento de que a instabilidade cambial, além de ser exagerada pelos mesmos, era fruto de fatores subjacentes, em especial, do ambiente inflacionário. Um segundo fator que contribuiria para a instabilidade seria o aumento dos fluxos de capital de curto prazo, conectada à política monetária expansionista.

A principal disputa se dava em torno das intervenções no mercado cambial. Os franceses pressionavam para que os americanos cooperassem com a política de intervenção. Além disso, queriam um compromisso geral com a estabilidade cambial e a criação, no FMI, de um mecanismo de monitoramento sobre os esforços dos países em manter as taxas estáveis. Tais demandas francesas ecoavam características do recém desmantelado sistema de Bretton Woods, associadas ao conceito de controle liberal-corporativista.

Frente às demandas francesas, a posição americana consistia em obter uma descrição estrita das circunstâncias e objetivos das intervenções. Ainda, os americanos queriam que qualquer afirmação sobre instabilidade financeira refletisse a sua própria interpretação das

causas da instabilidade. Finalmente, na questão do monitoramento pelo FMI, defendiam a adoção uma noção mais ampla, que incluísse os esforços dos países para lidar com as causas subjacentes da instabilidade. As negociações secretas tiveram como resultado um abrandamento da posição francesa, que começa a se mostrar menos radical. É possível observar essa mudança nos discursos públicos do presidente Giscard d'Estaing, que antecederam o primeiro encontro do G6 (Solomon, 1982, p.271).

Os principais pontos de negociação são, então, levados à reunião de Rambouillet. Helmut Schmidt, chanceler alemão, defende a necessidade de se evitar um aumento das taxas de juros, em crítica à política monetária americana, que se encontrava em um período contracionista. O presidente Giscard d'Estaing segue defendendo a necessidade de um regime cambial mais estável:

We had the Bretton Woods system, which we lived under for years. It worked well until the 1970's. It was a sort of religion. When people criticized it they were condemned for heresy. From 1970 on it began to fall apart. Now people who speak well of it are treated as heretics. It is desirable to have more stable exchange rates. We could, in my view, set up a more stable monetary system. But some say that conditions are not right for

*such a system. We need not discuss this today. I know the US position. Would it not be more striking for us to reach agreement here – for the great Western Democracies to attempt to bring order to the international monetary system?*³

A fala de Giscard d'Estaing traz à tona, portanto, a continuidade da popularidade das ideias keynesianas, que haviam ganhado contornos concretos na política americana do New Deal e, posteriormente, serviriam de base para o consenso, nos países centrais, sobre o compromisso com o pleno-emprego (Hall, 1999; Glyn, 1995, 2006). Na leitura de Pijl (1984), o conceito de controle liberal-corporativista estava, justamente, conectado ao keynesianismo (ou Estado de bem-estar social). Para o autor, esse tipo de organização era de interesse da indústria de produção em massa e do trabalho organizado, sob a interface de um aparato estatal comprometido, no contexto da Guerra Fria, com a imposição de uma disciplina de classe específica, relacionada ao pelo emprego e à política de demanda. No que se refere à discussão cambial, as ideias keynesianas respaldam a defesa do regime de câmbio fixo, juntamente com uma política cooperativa de controles de fluxos de capitais de curto prazo, como

³ FRUS, 1975, v. XXXI, doc. 122, de 15 de novembro de 1975.

expresso na exposição do presidente francês.

O presidente Gerald Ford, por sua vez, expressa concordância com a ideia de que os países centrais devem buscar maior estabilidade. Sua fala, no entanto, não aponta no sentido de se estabelecer novas bases institucionais para a cooperação monetária entre os países. O presidente afirma, claramente, que as bases do funcionamento do SMI encontravam-se no bom manejo das economias domésticas:

*We believe that the resolution of these issues must be firmly rooted in the successful management of our domestic economies. The international exchange system that is adopted must permit each country to choose the exchange rate regime that will permit it best to pursue its desired growth, employment and stability policies while meeting its obligations to other countries to avoid trade and cooperation restrictions and other beggar-thy-neighbor practices.*⁴

Nessa fala, é possível observar que a noção que prevalecera durante os anos de vigência do sistema de Bretton Woods – de que a base do bom funcionamento do SMI pressupunha a cooperação internacional, como forma de gerar a estabilidade permissiva aos arranjos econômicos domésticos – é

radicalmente alterada, na perspectiva americana. Na nova concepção, a base da estabilidade residiria na “condução exitosa” das políticas econômicas domésticas. O regime de câmbio flutuante teria o papel de permitir que cada país optasse pelo arranjo que melhor lhe conviesse.

Cabe salientar que o ministro das finanças do Reino Unido, Denis Healey, proferiu um discurso bastante dissonante dos demais. Em resposta a uma fala do presidente Ford – na qual o mesmo afirmava que o impacto político das altas taxas de desemprego havia sido menor do que o esperado – o ministro coloca que o problema tem que ser analisado da perspectiva da quantidade de desempregados, por longos períodos.

A aproximação entre as posições americana e francesa foi recebida como um bom resultado da reunião pelos demais líderes. Segundo Solomon (1982), nas diversas coletivas de imprensa posteriores ao encontro, foi enfatizado que o acordo entre Estados Unidos e França contava com novos procedimentos para consultas frequentes entre autoridades monetárias, com o objetivo de conter flutuações erráticas no mercado de câmbio. Por flutuações erráticas, entendia-se aquelas que não se relacionam a fatores econômicos

⁴ FRUS, 1975, v. XXXI, doc. 123, de 16 de novembro de 1975.

subjacentes, o que mostra a prevalência da visão americana e a maturação da ideia de que o câmbio deveria ser sujeito aos mecanismos de mercado, não ao controle dos bancos centrais. Esse acordo forneceria as bases para a reforma do FMI, que seria concluída em janeiro de 1976.

2. Inflação vs desemprego na reunião de Porto Rico

Na reunião de cúpula do G7, em Porto Rico, realizada em junho de 1976, as posições dos líderes dos países centrais são claramente colocadas em suas falas. O primeiro-ministro britânico admite a necessidade de combater a inflação em seu país. James Callaghan cita a centralidade do acordo de moderação de aumento dos salários, que seu governo realizara com os sindicatos, e usa esse exemplo para explicitar a visão do governo trabalhista acerca do problema da inflação vs desemprego, comparando com a visão alemã:

But we also see unemployment as a major social evil. We place high priority on reducing unemployment. It is not just an economic issue, but a political issue. (...) We remember in the UK the high rates of unemployment in the 1930s. These were very divisive. Therefore, the UK is different from Germany in this respect; we find unemployment much more uncomfortable than high rates of inflation. Thus, we place as much emphasis on lowering unemployment as

*Helmut does on reducing inflation. The main question is can we find policies to reduce inflation and also reduce unemployment. I believe that the policies which can do this require maximum cooperation between the various social partners – government, employers, and the trade unions.*⁵

O presidente francês Giscard d'Estaing segue a mesma linha de argumentação de Callaghan, salientando que existem políticas que permitem o combate à inflação de forma associada ao aumento do emprego, pois este não pode ser prejudicado pela política de estabilidade: *“I fear that if we put too much emphasis on fighting inflation we might have to accept high levels of unemployment.”*⁶ Giscard d'Estaing, no entanto, apresenta uma linguagem distinta da utilizada pelo primeiro ministro britânico, ao se referir às formas de combate ao desemprego, salientando o papel das chamadas “reformas estruturais”: *“It is helpful to say we will fight inflation, but it is also necessary to say that we will make structural improvements to increase employment.”*⁷

Schmidt, por sua vez, posiciona-se claramente pela visão de que um ambiente de estabilidade era

⁵ FRUS, 1976, vol. XXXI, doc. 149, de 28 de junho de 1976.

⁶ *Ibid*

⁷ *Ibid*

fundamental para garantir crescimento e emprego, no longo prazo: *“With respect to the relationship between inflation and unemployment we have bright economists who say you can achieve the right growth path, using fiscal and monetary policy to create domestic stability.”* Schmidt segue argumentando que, para que os investimentos privados fossem realizados, era necessária uma baixa taxa de inflação: *“Thus, over the long run achieving high employment has to do with limiting inflation.”*⁸ A posição americana pode ser visualizada na preparação para a reunião. Em um documento enviado ao presidente Ford por Alan Greenspan e Brent Scowcroft, assistente da presidência para assuntos de segurança nacional, é delineada a estratégia americana:

Your statement emphasizes that achievement of high employment levels depends upon a reduction in budget deficits and a further reduction of inflation rates, which in turn will lead to a more favorable investment climate stimulating the necessary growth in capital stocks to absorb unemployment. It thus stresses that avoidance of a resurgence of inflationary pressures requires sound fiscal and monetary policies, realistic economic growth goals accepted by the public at large and a shift in resources to private investment (...) Your presentation stresses the need for industrialized countries in weak

*external financial positions to implement strong domestic stabilization programs in order to eliminate persistent payments deficits. (...) It also proposes that agreement be reached, in the context of the IMF, on a mechanism to supplement official credit for countries in special need, preconditioned on a vigorous corrective domestic program.*⁹

Na posição americana, portanto, destacam-se: a ideia de que menores taxas de desemprego somente são possíveis em um ambiente de estabilidade, propício ao investimento privado, em linha com a fala de Schmidt; que países com dificuldades nas contas externas devem aplicar medidas corretivas de estabilização doméstica; e que os empréstimos aos mesmos, especialmente no âmbito do FMI, devem ser condicionados a programas de estabilização.

Apesar das falas, sobretudo de Callaghan, e em menor medida de Giscard d’Estaing, apontarem para os perigos de uma política econômica estritamente comprometida com a estabilidade de preços, o saldo da reunião de Porto Rico direciona os países centrais justamente nesse sentido. Este resultado não está desassociado do fato de que ambos os países estavam implementando políticas restritivas, neste período. A partir da reunião, fica

⁸ *Ibid*

⁹ *Ibid*

claro que o compromisso entre os principais países industrializados havia começado a se deslocar da prioridade da construção do Estado de bem-estar social para o combate, também em bases domésticas, à inflação. No comunicado final, é possível observar que os líderes dos países europeus decidiram aceitar as tendências liberalizantes da economia internacional.

Na reunião, também foi acordado que o FMI testaria um novo procedimento de empréstimos aos “*developed countries in special need preconditioned on special corrective programs to insure a return of sound economic equilibrium.*”

¹⁰ Os principais candidatos à contração destes empréstimos eram os dois países com situação de balanço de pagamentos deteriorada, o Reino Unido e a Itália. Ambos os países, sem acesso aos mercados privados, tiveram que renegociar com o FMI a partir de uma posição bastante precária, tendo que aceitar condições deflacionárias (Parboni, 1982, p.114). Em um memorando do subsecretário do Tesouro para assuntos monetários, é possível identificar a posição americana sobre o FMI ser a fonte de empréstimos

condicionais¹¹ a países com problemas de balanço de pagamentos:

*The best institutional arrangement for producing conditional financing is the IMF. It does not involve Congress, does not impact our budget, and cloaks the conditionality in a multinational mantle that dilutes opposition within a borrowing country to conditions imposed by the US or other outsiders.*¹²

Alguns elementos teóricos podem ser mencionados. A defesa de novos procedimentos para a tomada de empréstimos, visando, justamente, os países que ainda resistiam a se adequar aos parâmetros neoliberais da relação entre estado e economia, especialmente na defesa do controle inflacionário e seu impacto na relação capital/trabalho. Soma-se a este quadro, também, a ideia de que os Estados Unidos estavam reassumindo o controle das organizações internacionais, nas quais os europeus haviam angariado maior influência (Jessop, 2003).

3. Londres, Bonn e Tóquio

A questão do desemprego foi também tema da reunião de cúpula do G7, em

¹¹ É interessante notar que é partir dessa nova modalidade de empréstimos concedidos pelo FMI que o termo “condicionalidade” passa a figurar cenário financeiro internacional. Os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos viriam a ser o principal destino desse auxílio, na década de 1980.

¹² FRUS, 1976, vol. XXXI, doc. 146, de 24 de junho de 1976.

¹⁰ *Ibid*

maio de 1977, na cidade de Londres. Destaca-se que, com a legitimação do regime de câmbio flutuante, no âmbito do FMI, as reuniões do G7 deixaram de girar em torno do tema da reforma, para focarem nas formas de combate à recessão. Os americanos seguem insistindo na ideia de que a estabilidade das economias nacionais, e não as intervenções multilaterais, era a melhor forma de sustentar um regime cambial estável (Frasher, 2003, p.6). Na reunião, o tema da inflação vs desemprego é amplamente debatido entre os líderes dos países centrais. Para o chanceler alemão, Schmidt, havia um problema de excesso de liquidez, causado pelos Estados Unidos, mas havia outro componente inflacionário que era de natureza doméstica: *“Parliaments and governments have not resisted inflationary pressures.”*¹³ Schmidt afirma que, como uma social democracia, o objetivo da Alemanha era reduzir o desemprego, mas que isso não poderia ser realizado por meio de negligência da inflação, devido aos seus impactos na confiança na economia.¹⁴ Schmidt afirma, também, que sua preferência, assim como a dos franceses era pelo retorno ao regime de câmbio

semi-fixo, mas admite a inviabilidade de fazê-lo imediatamente.¹⁵

Na fala de Callaghan é possível notar a tradicional posição dos trabalhistas britânicos de atentar para o problema do desemprego, combinada com a admissão de que o combate à inflação era central, tendo em vista que o governo britânico já havia adotado uma política monetária restritiva em 1976:

*Some also claim success because they have taken harsh measures to reduce inflation. This is hard in a democratic country. The UK standard of living has been cut by 5% to restrain inflation. No wonder people won't vote for us in democratic societies. We must continue for a time to follow harsh policies. But unemployment is also an extremely important problem. (...) We all recognize, however that inflation is the enemy – the father and mother of unemployment. (...) I pressure no one to reflate beyond the level he thinks he ought to go, but unemployment can put the system under serious strain. We should understand the political consequences of unemployment.*¹⁶

O ministro da economia francês, Raymond Barre, que também implementava um programa de austeridade, afirma que os esforços para conter o desemprego devem ser coadunados com o combate à inflação:

¹³ FRUS, 1977, vol. III, doc. 27, de 7 de maio de 1977.

¹⁴ *Ibid*

¹⁵ *Ibid*

¹⁶ *Ibid*

*“We should not give the impression that our struggle against unemployment replaces our fight against inflation. These efforts must be undertaken side-by-side.”*¹⁷ O ministro afirma, ainda, que o combate à inflação levaria à redução do desemprego. Carter, por sua vez, dá destaque à questão do desemprego sobre a inflação, apesar de também atribuir grande importância à mesma: *“We should say that unemployment is the most important issue, but follow immediately by discussing inflation to show that they go together.”*¹⁸

Comentando sobre a forma como a questão da inflação fora encaminhada na reunião de Londres, o representante especial para reuniões de cúpula, Henry Owen, sugere que Carter assumira uma postura de liderança mais clara frente aos aliados. Em memorando, de outubro de 1977, Owen sugere que Carter defina um parâmetro acima do qual a inflação seria inaceitável: *“Why not tell your chief economic advisors that you find 6% inflation unacceptable, and want a report from them as to the actions that would be needed to bring it substantially lower by 1980.”*¹⁹

Essas considerações marcam o processo de formação de consenso, sob liderança americana e com claro apoio dos alemães, já delineada na reunião de Porto Rico, sobre a prioridade da estabilidade de preços na condução da política econômica. É possível observar, nos países industrializados, uma reorientação da política monetária, na direção do compromisso anti-inflacionário, que é central para o padrão de acumulação pós-fordista e no conceito de controle neoliberal.

Em março de 1978, ou seja, alguns meses antes da cúpula de Bonn, que ocorreria em junho, Callaghan visitou Washington e Bonn, buscando articular um pacote de concessões. Um dos pontos da proposta do primeiro-ministro britânico referia-se à estabilidade monetária. O secretário do Tesouro, Michael Blumenthau, aconselha o presidente Carter a não se comprometer com nenhuma medida proposta por Callaghan, no âmbito monetário, sob o argumento de que poderia ser aberto um precedente para o retorno ao regime de câmbio fixo. O secretário argumenta, ainda, que as novas regras do FMI já proviam as bases adequadas para o manejo do SMI.

Na reunião de Bonn, um compromisso multilateral foi alcançado. Ainda que relutantemente, a Alemanha e o Japão

¹⁷ *Ibid*

¹⁸ *Ibid*

¹⁹ FRUS, 1977, vol. III, doc. 69, de 27 de outubro de 1977.

concordaram em expandir suas economias. No relatório final, a delegação alemã se compromete a evitar perturbações mundiais, indicando que até o final do mês de agosto proporia aos órgãos legislativos medidas para fortalecer a demanda, utilizando até 1% do PIB. Os americanos se comprometeram a controlar a inflação e a reduzir a importação de petróleo. A reunião de Bonn é tida como um grande marco da cooperação entre os países centrais e do uso de políticas de demanda, de cunho keynesiano, como base da cooperação. Para alguns autores, os compromissos de Bonn teriam sido inviabilizados pelos eventos internacionais, em especial, o segundo choque do petróleo e suas consequências inflacionárias (Biven, 2012; De Ménil, 1982; Putnan e Henning, 1989). No caso alemão, apesar de o governo ter iniciado uma política expansiva moderada, o *Bundesbank* mostrou-se pouco cooperativo (Herr 1997, p.152).

Na cúpula de Tóquio, realizada em junho de 1979, em meio às consequências do segundo choque do petróleo, o tema da inflação segue central. Ao final é alcançado um acordo de metas de consumo para o ano corrente e para o ano seguinte. Assim como ocorrera quando do primeiro choque do petróleo, em 1973, o segundo

ampliou a sensação de urgência em relação à adoção de políticas macroeconômicas de controle inflacionário.

Conclusão

A partir da análise das cinco primeiras cúpulas do G6/7, o trabalho visou articular os as principais diretrizes, articuladas nas mesmas, à noção teórica de conceito de controle neoliberal. Viuse o abrandamento da posição francesa no processo que levou à reunião de Rambouillet, que passou pelo reconhecimento do papel da inflação na instabilidade cambial, contribuindo para que os franceses passassem a endossar a posição americana.

Na reunião de Porto Rico, a preparação da fala americana indica o novo entendimento sobre a geração de emprego, qual seja que a mesma decorreria de baixa inflação e orçamento equilibrado. A posição francesa, apesar de reconhecer o problema do desemprego para as democracias ocidentais, é a de que seria necessário encontrar uma forma de lidar com o mesmo, sem negligenciar a inflação, já ressaltando a necessidade de “reformas estruturais”. Na mesma linha, argumenta Helmut Schmidt, conectando explicitamente controle inflacionário à atração de investimentos e, por consequência, ao crescimento e geração

de emprego. O único líder que não cede ao discurso da força disciplinadora do capital é o primeiro-ministro britânico, o trabalhista, James Callaghan, mas que, paradoxalmente, estava implementando um programa contracionista para lidar com o desequilíbrio das contas externas.

Na reunião de Londres, as mesmas tendências observadas anteriormente são seguidas, com destaque para a fala de Callaghan, um pouco mais convergente com as de seus pares. Já a reunião de Bonn, comumente tratada como a última que antecede o ponto de inflexão na visão do G7 sobre o papel do SMI, apresenta, de fato, elementos do chamado keynesianismo internacional. A não implementação de suas diretrizes, no entanto, não permite a análise do compromisso dos membros

com as mesmas. Na cúpula de Tóquio, sob impacto do segundo choque do petróleo, segue em consolidação o consenso sobre a necessidade de políticas monetárias restritivas. Ao longo dos anos 1980, a ideia de que o controle inflacionário, com a finalidade de atrair investimento privado, ainda que viabilizado por meio de políticas econômicas dolorosas, era inescapável, encontra ressonância na noção teórica de conceito de controle neoliberal. Dessa forma, observa-se que o G7, em seu “primeiro ciclo”, passa por um processo de institucionalização das cúpulas, ao mesmo tempo em que este novo consenso é gestado. Nos anos seguintes, o fórum se tornaria o principal promotor e legitimador da ordem econômica internacional pós-Bretton Woods.

Referências

Biven, C. W. (2002) *Jimmy Carter's economy: policy in an age of limits*. Chapel Hilland London: University of North Carolina Press.

De Ménil, G. (1982) 'De Rambouillet à Versailles: un bilan des sommets économiques', *Politique Étrangère*, 2, pp. 403-17.

Frasher, M. (2003) International monetary relations between the United States, France and West Germany in the 1970s. PhD Dissertation, Graduate Studies of Texas A&M University.

Foreign Relations of the United States 1973–1976 Volume XXXI, Foreign Economic Policy, Document 122: Memorandum of Conversation (Rambouillet, France,

November 15, 1975). Disponível em:
<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v31/d122> (Acesso em:
setembro de 2014)

Foreign Relations of the United States 1973–1976 Volume XXXI, Foreign Economic Policy, Document 123: Memorandum of Conversation (Rambouillet, France, November 16, 1975, 10:45 a.m.). Disponível em:
<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v31/d123> (Acesso em:
setembro de 2014)

Foreign Relations of the United States 1973–1976 Volume XXXI, Foreign Economic Policy, Document 149: Memorandum of Conversation (Dorado Beach, Puerto Rico, June 28, 1976). Disponível em: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v31/d149> (Acesso em: setembro de 2014)

Foreign Relations of the United States 1973–1976 Volume XXXI, Foreign Economic Policy, Document 146: Memorandum from the Under Secretary of the Treasury for Monetary Affairs (Yeo) to President Ford (Washington, June 24, 1976). Disponível em: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v31/d146> (Acesso em: setembro de 2014)

Foreign Relations of the United States 1977–1980 Volume III, Foreign Economic Policy, Document 27: Minutes of the London Economic Summit Meeting (London, May 7, 1977). Disponível em: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1977-80v03/d27> (Acesso em: outubro de 2014)

Foreign Relations of the United States 1977–1980 Volume III, Foreign Economic Policy, Document 69: Memorandum from the Special Representative for Economic Summits (Owen) to President Carter (Washington, October 27, 1977). Disponível em: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1977-80v03/d27> (Acesso em: outubro de 2014)

Glyn, A. (1995) 'Social Democracy and Full Employment', *Nordic Journal of Political Economy*, v. 22, pp. 109-126.

_____. (2006) *Capitalism Unleashed: Finance Globalization and Welfare*. Oxford: Oxford University Press.

Hall, P. (1989) 'Conclusion: The Politics of Keynesian Ideas', in: P.Hall (ed.), *The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism Across Nations*. Princeton: Princeton University Press, pp. 361-392.

Henning, R. (2008) 'Systemic conflict and regional monetary integration: the case of Europe', *International Organization*, 52(3), 1998, pp. 537-573.

Herr, H. (1997) 'The international monetary system and domestic economic policy', in D.Forsyth; T.Notermans (eds.), *Regime Changes: Macroeconomic Policy and Financial Regulation in Europe from 1930s to the 1990s*. Oxford: Berghahn Books, pp. 124-168.

Jessop, B. (2003) 'From thatcherism to new labour neo-liberalism, workfarism and labourmarket regulation', in H.Overbeek (ed.), *The political economy of European employment: European integration and the transnationalization of the (un)employment Question*. London: Routledge/RIPE series, pp. 137-153.

Parboni, R. (1981) *The dollar and its rivals*. London: Verso.

Pijl, K. (1998) *Transnational classes and international relations*. London: Routledge.

Putnan, R. D.; Henning, R. C. (1989) 'The Bonn summit of 1978: a case study in coordination', in R.Cooper *et. al.*, *Can nations agree? Issues in international economic cooperation*. Washington D.C: The Brookings Institution, pp. 12-140.

Ramos, L. C. S. (2013) *Hegemonia, revolução passiva e globalização: o sistema G7/8*. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas.

Solomon, R. (1982) *The international monetary system: 1945-1981*. New York: Harper and Row Publishers.